

A FACE MULTIDISCIPLINAR DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS 2

JÚLIO CÉSAR RIBEIRO
CARLOS ANTÔNIO DOS SANTOS
(ORGANIZADORES)



Júlio César Ribeiro
Carlos Antônio dos Santos
(Organizadores)

A Face Multidisciplinar das Ciências Agrárias

2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F138	A face multidisciplinar das ciências agrárias 2 [recurso eletrônico] / Organizadores Júlio César Ribeiro, Carlos Antônio dos Santos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Face Multidisciplinar das Ciências Agrárias; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-502-0 DOI 10.22533/at.ed.020192907 1. Agricultura. 2. Ciências ambientais. 3. Pesquisa agrária – Brasil. I. Ribeiro, Júlio César. II. Santos, Carlos Antônio dos. III. Série. CDD 630
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Com grande satisfação apresentamos o e-book "A Face Multidisciplinar das Ciências Agrárias", que foi idealizado para a divulgação de grandes resultados e avanços relacionados às diferentes vertentes das Ciências Agrárias. Esta iniciativa está estruturada em dois volumes, 1 e 2, que contam com 21 e 21 capítulos, respectivamente.

No volume 2, são inicialmente apresentados estudos referentes à produção de conhecimento na área de veterinária com temas alinhados à atividade pesqueira e pecuária. Nestes trabalhos, são levantados questionamentos importantes acerca de temas de ordem socioambiental, produtiva, epidemiológica, e controle biológico de parasitas. Em uma segunda parte, são abordadas questões relativas aos diferentes segmentos das cadeias produtivas, além de extensão e empreendedorismo no meio rural. Neste volume, também poderão ser apreciados estudos envolvendo tecnologia de alimentos e ferramentas voltadas à análise de dados.

Agradecemos a dedicação e empenho dos autores vinculados a diferentes instituições de ensino, pesquisa e extensão do Brasil e exterior, por compartilharem ao grande público os principais resultados desenvolvidos pelos seus respectivos grupos de trabalho.

Desejamos que os trabalhos apresentados neste projeto, em seus dois volumes, possam estimular o fortalecimento dos estudos relacionados às Ciências Agrárias, uma grande área de extrema importância para o desenvolvimento econômico e social do nosso país.

Júlio César Ribeiro
Carlos Antônio dos Santos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA EM DOIS LAGOS DE INUNDAÇÃO AMAZÔNICO, SANTARÉM, PARÁ	
Elizabeth de Matos Serrão Yohana Gabriely Sousa Rabelo Jerry Max Sanches Corrêa Diego Maia Zacardi	
DOI 10.22533/at.ed.0201929071	
CAPÍTULO 2	13
PROBLEMÁTICAS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA PESCA PRATICADA NO LAGO MAICÁ, SANTARÉM, PARÁ	
Diego Patrick Fróes Campos Yana Karine da Silva Coelho Elizabeth Matos Serrão Diego Maia Zacardi	
DOI 10.22533/at.ed.0201929072	
CAPÍTULO 3	25
ÁREA DE DESOVA E RECRUTAMENTO PARA PEIXES DE INTERESSE COMERCIAL NO BAIXO AMAZONAS: IMPLICAÇÕES PARA CONSERVAÇÃO	
Diego Maia Zacardi Silvana Cristina Silva da Ponte Lucas Silva de Oliveira Ruineris Almada Cajado Luan Robson Bentes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0201929073	
CAPÍTULO 4	39
DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE PECUÁRIA EM ASSENTAMENTOS DO SERTÃO CENTRAL DO CEARÁ, BRASIL	
Maria Vivianne Freitas Gomes de Miranda Tiago da Silva Teófilo Eugênia Emanuele dos Reis Lemos Clayanne Sousa Mariano Lúcia Mara dos Reis Lemos Francisco Mendes Coelho Florença Moreira Gonçalves Francisca Clarice Rodrigues de Sousa Antonia Rafaela da Luz dos Santos Igor Emmanuel Melo da Silva Edimilson dos Santos Nascimento Paulo Cleber Luncks de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.0201929074	

CAPÍTULO 5 46

INFLUÊNCIA DA ESTAÇÃO DO ANO, DO MOMENTO DA INSEMINAÇÃO E DA TEMPERATURA RETAL NA TAXA DE CONCEPÇÃO DE VACAS LEITEIRAS MISTIÇAS

Fransérgio Rocha de Souza
Carla Cristian Campos
Natascha Almeida Marques da Silva
Ricarda Maria dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.0201929075

CAPÍTULO 6 55

RISK FACTORS ASSOCIATED WITH THE EPIDEMIOLOGY OF *Toxoplasma gondii* IN CATTLE AND BUFFALOES IN THE STATE OF PARÁ, BRAZIL

Jefferson Pinto de Oliveira
Alexandre do Rosário Casseb
Anelise de Sarges Ramos
Sebastião Tavares Rolim Filho
Henrique Low Nogueira
Rogério Oliveira Pinho
Washington Luiz Assunção Pereira

DOI 10.22533/at.ed.0201929076

CAPÍTULO 7 67

ESTUDO DO EFEITO DO ÓLEO ESSENCIAL DE MANJERICÃO (*Ocimum basilicum* L.) SOBRE O CARRAPATO BOVINO *Rhipicephalus (Boophilus) Microplus* EM ENSAIOS “IN VITRO”

Jéssica Cassol
Olívio Bochi Brum
Daniela Sponchiado

DOI 10.22533/at.ed.0201929077

CAPÍTULO 8 77

PROGESTÁGENOS E SEUS EFEITOS COLATERAIS EM GATAS – REVISÃO DE LITERATURA

Roselaine Durão da Silva
Tamires Rodrigues Perkoski

DOI 10.22533/at.ed.0201929078

CAPÍTULO 9 87

PLASTICIDADE ESTRUTURAL E ISOLAMENTO DE CÉLULAS PROGENITORAS DO CORDÃO UMBILICAL DE CUTIAS (*Dasyprocta prymnolopha*) CRIADAS EM CATIVEIRO

Maria Acelina Martins de Carvalho
Napoleão Martins Argôlo Neto
Elís Rosélia Dutra de Freitas Siqueira Silva
Yulla Klinger de Carvalho Leite
Dayseanny de Oliveira Bezerra
Maíra Soares Ferraz
Aírton Mendes Conde Júnior
Andressa Rêgo da Rocha
Gerson Tavares Pessoa
Miguel Ferreira Cavalcante Filho

DOI 10.22533/at.ed.0201929079

CAPÍTULO 10 104

PROCESSO DE COMUNICAÇÃO DE VALOR EM CADEIAS PRODUTIVAS

Marcos Vinícius Araújo
Camila Elisa Alves
Glenio Piran Dal' Magro

DOI 10.22533/at.ed.02019290710

CAPÍTULO 11 114

EXTENSÃO AGRONÔMICA NA EXPOMAR 2018

Natália Cardoso dos Santos
Nardel Luiz Soares da Silva
Jaqueli Vanelli
Jessyca Vechiato Galassi
Camila da Cunha Unfried
Lucas Casarotto
Giordana Menegazzo da Silva
Leonardo Mosconi
Daliana Uemura
Aline Rafaela Hasper
Camila Inês Podkowa
Arthur Kinkas

DOI 10.22533/at.ed.02019290711

CAPÍTULO 12 122

MOTIVAÇÃO DOS JOVENS ACADÊMICOS EM BUSCA DA SUCESSÃO FAMILIAR NO MEIO RURAL

Gabriela Carvalho
Fabiano Nunes Vaz
Greicy Sofia Maysonave
Tônia Magali Moraes Brum
Caroline de Ávila Fernandes
Paulo Santana Pacheco
Leonir Luiz Pascoal
Ana Carolina Teixeira Silveira Cougo
Ariel Schreiber
Alessany Machado Navarro

DOI 10.22533/at.ed.02019290712

CAPÍTULO 13 135

EMPREENDEDORISMO RURAL EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA

Jean Carlos Ramos da Silva
Marcio Arruda Ribeiro Junior
Denilson de Oliveira Guilherme
Maria Aparecida Canale Balduino

DOI 10.22533/at.ed.02019290713

CAPÍTULO 14 146

AValiação DAS CONdições HigIÊNICO-SANITÁRIAS DOS ALIMENTOS SERVIDOS NOS *FOOD TRUCKS* NA CIDADE DE UBERLÂNDIA/MG

Aline Alves Montenegro Freitas
Nathália Pinheiro Barbosa Souza
Fernanda Barbosa Borges Jardim

DOI 10.22533/at.ed.02019290714

CAPÍTULO 15	151
BENEFÍCIOS NUTRICIONAIS DA INSERÇÃO DE ORA-PRO-NÓBIS (<i>Pereskia aculeata</i>) NA PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	
Clistiane Santos Santana Angela Kwiatkowski Amanda Moura Queiros Aparecida Michelle da Silva Souza Ramon Santos Minas Wilson Alex Martins Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.02019290715	
CAPÍTULO 16	163
DESENVOLVIMENTO E CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DE PÃO DE CEBOLA COM ADIÇÃO DE ORA-PRO-NÓBIS	
Rejane de Oliveira Ramos Carla Regina Amorim dos Anjos Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.02019290716	
CAPÍTULO 17	172
ELABORAÇÃO E CINÉTICA FERMENTATIVA DE BEBIDA MISTA DE MEL DE ABELHA E PINHA (<i>Annona squamosa</i> , L.)	
Maria Mikaele da Silva Fernandes Maria Eduarda Dantas Cândido Jonnathan Silva Nunes Dauany de Sousa Oliveira Bruna Lorrane Rosendo Martins Maria Ester Maia Evangelista Juvêncio Olegário de Oliveira Neto Bianca Louise Alves Torres Silva Alfredina Dos Santos Araújo Adriano Sant'Ana Silva	
DOI 10.22533/at.ed.02019290717	
CAPÍTULO 18	181
ESTUDO DA INFLUÊNCIA DO TEMPO E DA TEMPERATURA PARA O FORNEAMENTO DE BISCOITOS	
Rennan de Vasconcelos Correia Pierre Correa Martins	
DOI 10.22533/at.ed.02019290718	
CAPÍTULO 19	192
EXPERIÊNCIA NA MONITORIA DAS DISCIPLINAS DE ANÁLISES DE ALIMENTOS DO CCQFA	
Fernanda Mülling Mülling Eduarda Caetano Peixoto Renata Pires Da Silveira Caroline Dellinghausen Borges Rui Carlos Zambiasi Carla Rosane Barboza Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.02019290719	

CAPÍTULO 20	200
UM MÉTODO DE AGRUPAMENTO ALTERNATIVO PARA ANÁLISE DE AGRUPAMENTO PARA NÚMERO DE GRUPOS	
Mácio Augusto de Albuquerque Antônio Leopoldo Cardoso Sabino Hiago José Andrade de Albuquerque Martins Lucas Cardoso Pereira Edwirde Luiz Silva Camelo Kleber Napoleão Nunes de Oliveira Barros	
DOI 10.22533/at.ed.02019290720	
CAPÍTULO 21	212
O USO AGRÍCOLA DA TERRA NA COMUNIDADE DO BROCA, MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARÁ, NORDESTE PARAENSE, AMAZÔNIA ORIENTAL	
Lívia Tálita da Silva Carvalho Alexandre de Souza Fabricio do Carmo Farias Antonio Valmique Alves Da Silva Filho Antonio Michael Pereira Bertino Bianca Cavalcante da Silva Mateus Higo Daves Alves Antonio Maricélio Borges de Souza Jonathan Braga da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.02019290721	
SOBRE OS ORGANIZADORES	219
ÍNDICE REMISSIVO	220

EMPREENDEDORISMO RURAL EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA

Jean Carlos Ramos da Silva

Universidade Católica Dom Bosco, Curso de
Administração

Campo Grande – Mato Grosso do Sul

Marcio Arruda Ribeiro Junior

Universidade Católica Dom Bosco, Curso de
Administração

Campo Grande – Mato Grosso do Sul

Denilson de Oliveira Guilherme

Universidade Católica Dom Bosco, Programa
de Pós Graduação em Ciências Ambientais e
Sustentabilidade Agropecuária.

Campo Grande – Mato Grosso do Sul

Maria Aparecida Canale Balduino

Universidade Católica Dom Bosco, Curso de
Administração

Campo Grande – Mato Grosso do Sul

RESUMO: O presente trabalho por meio de uma pesquisa qualitativa analisou a possibilidade de transformação na produção da Comunidade quilombola Furnas do Dionísio, em uma agricultura familiar para uma agroindústria associativa com especificação para produção orgânica. A pesquisa apontou que para o resultado desse objetivo, a Comunidade Furnas do Dionísio deve incorporar mudanças tecnológicas e organizacionais que assegurem qualidade, e que permitam explorar as vantagens competitivas de comunidade étnica/regional de

agricultores familiares. O resultado da pesquisa indicou também, que o desenvolvimento da produção agroindustrial no local amplia a possibilidade de desenvolvimento de outros empreendimentos na comunidade, como a visitação turística entre outras atividades paralelas, agregando valor a comunidade. E necessário adicionar esta a comunidade conhecimento, pesquisa e desenvolvimento, sem que isso gere prejuízo às características essenciais da produção artesanal de base local. As comunidades de agricultura familiar têm importância no segmento do agronegócio já que além de atuarem, criam segmentos e atividades dentro do agronegócio e para o desenvolvimento social e econômico regional/local.

PALAVRAS-CHAVE: Processo produtivo. Empreendedorismo rural. Comunidade Quilombola.

RURAL ENTREPRENEURSHIP IN A QUILOMBOLA COMMUNITY

ABSTRACT: The present work through a qualitative research analyzed the possibility of transforming in the production of the Quilombola community Furnas do Dionísio, in a family agriculture for an associative agroindustry with specification for organic production. The

research pointed out that for the result of this objective, the Furnas do Dionísio Community must incorporate technological and organizational changes that ensure quality, and that allow to exploit the competitive advantages of ethnic / regional community of family farmers. The result of the research also indicated that the development of agroindustrial production in the area increases the possibility of developing other projects in the community, such as tourist visits and other parallel activities, adding value to the community. It is necessary to add this to the knowledge, research and development community, without this damaging the essential characteristics of local-based artisanal production. Family farming communities are important in the agribusiness segment, since in addition to working, they create segments and activities within agribusiness and for regional / local social and economic development.

KEYWORDS: Productive process. Rural entrepreneurship. Community Quilombola.

INTRODUÇÃO

A comunidade Furnas do Dionísio é uma Comunidade que provém da herança quilombola e, está localizada a aproximadamente 43 km da capital do estado de Mato Grosso do Sul (MS) - Campo Grande, nas proximidades de Rochedinho, Serra de Maracaju, estabelecida no município de Jaraguari – MS.

De acordo com a Associação Brasileira de Antropologia (1994), apud Amorim (1998, p.05) pode-se definir uma comunidade quilombola como uma “comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”, ou seja, as comunidades que recebem o nome de quilombola são grupos sociais que possuem características de identidade étnica e cultural distintas da sociedade de um modo geral e, após o processo de abolição da escravatura, grupos como estes, passaram a buscar sua identidade e cidadania, bem como a garantia de um território.

Por volta de 1890, vindo de Minas Gerais, Dionísio Antônio Vieira, um ex-escravo se instalou junto aos seus familiares na fazenda Lageadinho, posteriormente decidiu reivindicar a posse e propriedade definitiva das terras, e pagou o valor de mercado da época referente aos 250 hectares, quando foi fundada a comunidade denominada Furnas do Dionísio, que atualmente conta com 450 habitantes quilombolas.

A região da comunidade é um território montanhoso, que na época da chegada dos primeiros colonos possuía muitas áreas verdes e uma mata virgem e, “encontra-se em um vale profundo, em terreno escarpado, com 120 metros de diferença altimétrica e 09 km de comprimento, aproximadamente”. (Oliveira, 2001).

No ano de 1917 o Estado de Mato Grosso do Sul, que na época ainda era Mato Grosso concedeu a Antônio Vieira o título definitivo e posse das terras com 914 hectares para que pudesse viver com seus descendentes. Quando o fundador da comunidade faleceu no ano de 1920, seus onze filhos decidiram inventariar a área e demarcaram-na em linhas familiares, estipulando entre dois e cinquenta hectares

dependendo do tamanho da família; e na expectativa de alcançarem melhores condições de vida, muitos de seus herdeiros venderam suas terras e se mudaram para a capital.

A partir da Constituição Federal de 1988, o direito a território as comunidades negras passou a ser reconhecido por meio de ações e procedimentos que abrangeram desde a regulamentação fundiária para promoção e desenvolvimento de investimentos até a melhoria e amparo a fim de gerar qualidade de vida a essas comunidades. Nesse sentido Amorim (1998, p.03) afirma que, a questão quilombola passou a ser analisada de forma mais intensa, em que se estabeleceu “aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado, emitir-lhes os respectivos títulos”.

A partir de ações como estas, a Fundação Cultural Palmares a pedido realizado por parte dos próprios moradores, reconheceu a garantia ao direito de posse e propriedade de fato das terras aos descendentes dos quilombos de Furnas do Dionísio, principalmente em razão da preservação das questões históricas, sociais, culturais, históricos e econômicas.

Vale destacar que a Fundação Cultural Palmares utilizou como base para definição da comunidade Furnas do Dionísio como remanescente de quilombos um levantamento sistematizado e resumido da situação social, histórica e econômica, por meio desde um processo de pré-caracterização, que se materializou no formato de um memorial descritivo.

Importante também evidenciar que um dos principais traços da comunidade de Furnas do Dionísio, é sua organização familiar e senso comunitário concebido e desenvolvido desde sua constituição, especialmente no que tange ao cultivo da terra sempre voltado para subsistência, sendo que conforme relatos a aragem da terra, para receber a plantação, era feita por todos que compunham a comunidade, assim é inegável que o relacionamento familiar existente possui alto grau de relevância dentro de Furnas do Dionísio.

Assim, fica claro que para os membros da comunidade os laços familiares e de amizade são de extrema importância e altamente valorizados de forma que o desempenho das atividades por muitas das vezes depende de cooperação e atuação mútua, demonstrando que a organização e a estrutura da comunidade de Furnas permanecem a mesma desde sua fundação, ou seja, a família segue como o ponto central.

Desde a fundação da comunidade de Furnas, os moradores se dedicam a prática de atividades agrícolas que é quase toda voltada para subsistência, e seus principais produtos comercializados são a mandioca e a plantação de cana-de-açúcar para produção de rapadura e açúcar mascavo.

Somente a partir do ano de 2000 a comunidade passou a se dedicar a produção de hortifrútiis, nascendo a Associação de Pequenos Produtores de Furnas do Dionísio para comercialização dos produtos na Ceasa de Campo Grande, assim, além da

Ceasa a renda econômica de Furnas vem do comércio de sua rapadura, açúcar mascavo e farinha de mandioca.

As possibilidades de uma transformação de agricultores que trabalham dentro de um sistema de agricultura familiar tradicional que se propõe a comercializar os alimentos que produz para uma agricultura empreendedora que além de produzir, industrializa, comercializa e combina atividades tradicionais com outras fontes de renda pode ser desenvolvida através da criação e aplicação de um modelo de negócios que combinam renda proveniente da atividade agropecuária e de outras fontes de riqueza (agroindústrias de pequeno porte, cultivo e/ou criação de produtos nobres, orgânicos, naturais, artesanais, confecções, de transporte, de comunicação, de turismo rural e de aventura), modelo estes que autores como Campanhola e Silva (2004) denominam de o novo rural brasileiro.

Diante desse cenário a agroindústria associativa se torna uma das possibilidades mais promissoras e o presente trabalho procurou analisar as oportunidades e os obstáculos que os agricultores familiares da comunidade Furnas do Dionísio podem enfrentar na tentativa de realizar essa transformação.

Sendo assim, quais competências empreendedoras estão sendo desenvolvidas pelos agricultores para tornar suas unidades agroindustriais mais sustentáveis, este é um questionamento. A priori devesse identificar as principais dificuldades e potencialidades para que os agricultores assimilem as novas competências empreendedoras necessárias na viabilização das agroindústrias; bem como verificar a compatibilidade das ações dos órgãos de apoio para a viabilização dos empreendimentos associativos.

A competência é a qualidade do próprio indivíduo, e não de um cargo específico ou mesmo de alguma atividade ou trabalho, que se manifesta por meio da execução de ações práticas, ou seja, ocorre durante a rotina profissional. Zarifian (2001) indica que as competências devem ser analisadas de modo isolado e, não dentro de um contexto que envolve relações e influências do trabalho e de desempenho.

Vale destacar que no caso, por exemplo, das fábricas que exibem resultados negativos, na maioria das vezes são os gerentes que possuem incapacidade de competências empreendedora, dessa forma a constituição da comunidade como uma agroindústria associativa ajudaria na superação tanto de dificuldades como exigências sanitárias e fiscais, como também, na regulação dos produtos da expectativa do mercado, porém com respeito às condições culturais do local de produção, para que haja maior integração desses pequenos produtores (SULZBACHER, 2009).

O EMPREENDEDORISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR

O termo empreendedorismo surge na década de 50 e foi cunhado pelo economista Joseph Schumpeter, que afirmava ser empreendedor a pessoa que

possui criatividade e através dela se torna capaz de fazer sucesso, em razão do seu espírito inovador (SOUZA et al, 2013), e desde então se discute muito sobre o que são as características e as habilidades ditas como empreendedoras.

Ainda conforme afirmam Souza et.al. (2013), a maioria das oportunidades de emprego surge nos centros urbanos de forma que o trabalhador do campo precisa de criatividade para produzir sua própria renda, assim à agricultura familiar despontou como forma de produção alternativa à agroindústria e, gerou postos de trabalho no âmbito rural, no entanto diante do avanço tecnológico, o panorama rural se modificou, o empreendedor rural passou de sujeito que trabalha por horas afinco na lavoura por sujeito que possui distintas capacidades (BRACHT; WERLANG, 2015).

Diante das informações do Centro de Estudo Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) no Brasil o PIB do agronegócio do ano de 2015 totalizou 1,3 bilhões de reais, o que corresponde a 21,5% do total do PIB daquele ano, tornando-se evidente o papel dos empreendimentos rurais na economia.

Segundo a ESALQ o agronegócio é composto por quatro segmentos: I) a matéria-prima para a agropecuária; II) a produção primária; III) agroindústria essencial; IV) processamento e V) serviços (BARROS et al, 2016), para tanto a figura 2 demonstra de forma resumida os fatores que constituíram o PIB do agronegócio no Brasil, no ano de 2015.

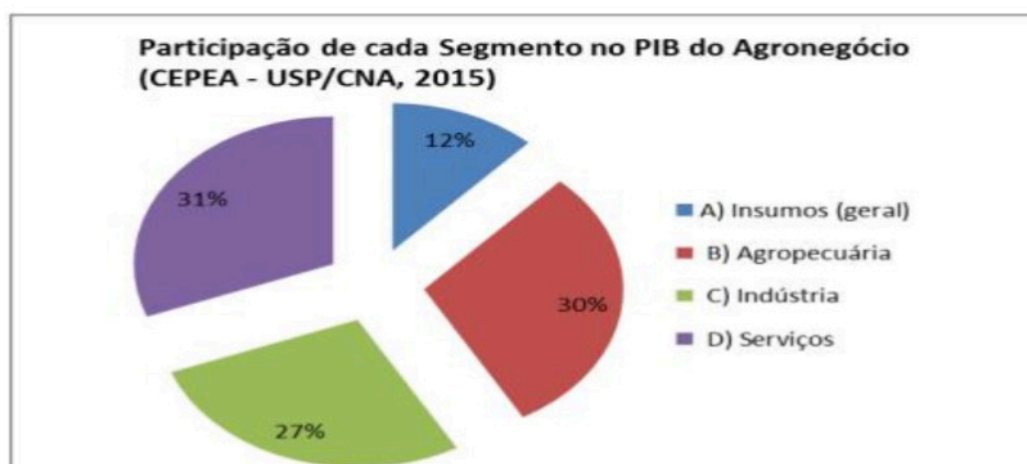


FIGURA 3 – FATORES E SEGMENTOS NO PIB DO AGRONEGÓCIO ANO DE 2015

Fonte: CEPEA - USP/CNA, 2015.

Para Chaves et al. (2009) o agronegócio se encontra em um ambiente de grande competitividade e de transformações constantes, dessa forma o produtor rural necessita valer-se de iniciativas e atitudes que incluem investir em novos produtos, tecnologia e processos, o que não corre na Comunidade Furnas do Dionísio que com frequência se depara com situações de risco para os negócios, em função das limitações em âmbito organizacional e estrutural dentro do próprio ambiente

de trabalho, o que gera dificuldades para a inserção de plano empreendedor que viabilize um planejamento das tarefas e posterior tomada de decisões.

Vale destacar que a administração de empreendimentos no meio rural pode ser facilitada por ferramentas de assistência e colaboração de ensino profissionalizante voltado para os agricultores rurais, pois caso os produtores utilizem de um plano de negócios que inclua as funções administrativas e gerenciais nos negócios as chances de se obter melhores resultados cresce (CELLA; PERES, 2002), pois apesar de não poder afirmar se empreendedorismo é uma característica que está na essência do ser humano ou se ela é desenvolvida no decorrer da vida, o que se sabe é que um meio social que torne oportuno o seu desenvolvimento pode ser o início para a geração de um novo ponto de vista que viabilize mais o crescimento dos negócios.

Longenecker et al. (2013) narram que uma das maiores dificuldades dos líderes de pequenos negócios é florescer a parte do profissionalismo sem perder o perfil de empreendedor e que, no caso das empresas rurais, a dificuldade é de manter a essência da agricultura familiar, ou seja, unir a vida simples do homem do campo com a vida empresarial.

Ainda nesse sentido, em relação ao empreendedorismo Longenecker et al. (1997 apud RIBAS, 2003, p. 284) afirmam que “[...] tanto as micro quanto as pequenas empresas exigem um processo gerencial para dirigir e coordenar as atividades de trabalho” de modo que, se forem processos estabelecidos e realizados com qualidade, fornecerá além de lucratividade a permanência da “empresa” no mercado, não importando o tamanho do negócio.

A expressão “empreendedor” tem sua origem na palavra francesa “entrepreneur” que conforme afirma Dornelas (2008) significa algo como quando alguém assume riscos, embora calculados, sabe gerenciá-los a fim de obter sucesso ao dar início a algo, diferente do que Drucker (2005) afirma que, de modo geral empreendedores não possuem como característica assumir riscos.

As mudanças culturais na transição do pensamento de empregado para empreendedor não são fáceis, porém podem ser reduzidas, pois de acordo com Leite (2000) quando existe uma orientação para essa transição, um local, um ambiente de trabalho ou algo semelhante que propicie o processo de aprendizagem, à criação de novos negócios, treinamento adequado para ajudar no surgimento e desenvolvimento da figura do empreendedor (LAU et al., 2012).

Para Man (2012) os processos para aprendizagem do empreendedorismo, ocorrem a partir de um acúmulo de experiência através da prática de tarefas empresariais a fim de fortificar os resultados e a aprendizagem, já que proporciona maior aplicação e transferência dos próprios resultados assim como dos outros na hora de realizar as funções provenientes do empreendedorismo.

Para Lopes e Nantes (2008) a aplicação tanto da expressão, como das ferramentas de gestão do empreendedorismo no âmbito rural sofrem algumas formas de inibição por conta da forma como a sociedade tanto rural como a urbana,

enxergam o agricultor, a disposição das pessoas envolvidas nesse meio em assumir riscos, que de um modo geral são evitados pelos produtores rurais, bem como a relação com o capital social que no relacionamento entre os sujeitos de uma região se caracteriza de forma diferente, que variam de acordo com o nível de cooperação, confiança e da associação local.

Ainda nessa perspectiva Lopes e Nantes (2008) afirmam que para que haja sucesso do empreendedorismo no meio rural, é preciso converter os produtores rurais familiares em empresários, o que implicaria em mais trabalho para os agricultores rurais, razão pela qual essa mudança deve ser realizada mediante um planejamento (plano de negócios), atenção e muita cautela pois o alcance de sucesso nessa transição, faz crescer o reconhecimento do empresário rural dentro da comunidade, mediante à relevância e o alcance dos resultados positivos dessa iniciativa.

Assim, a formação de empreendedores rurais ganha relevância, pois existem implicações e barreiras na administração de um novo negócio que eles terão de transpor, como por exemplo, a competitividade do mercado, as mudanças que a economia invariavelmente sofre, a questão da sustentabilidade e o meio ambiente, a adaptação de seus produtos, às exigências tanto sanitárias como dos consumidores, o conhecimento das práticas e ferramentas de gestão, a utilização do marketing para o desenvolvimento de produtos, o que conforme McClelland (1973) e Zarifian (2001) nesse cenário se caracterizam como competências.

RESULTADOS DA PESQUISA COMUNIDADE QUILOMBOLA FURNAS DO DIONÍSIO

Os líderes da comunidade Furna do Dionísio não possuem muito experiência administrativa bem como apresentam grande dificuldade na utilização de funções básicas do cotidiano administrativo, nem como a ideia do que é um plano de negócios. A comunidade não possui nenhum tipo de organização que cuide da parte de recursos humanos, o que inibe o potencial físico e intelectual do pessoal e aplicação do dinheiro disponível, o que leva ao investimento em equipamentos.

Os custos de produção, safras, orçamentos, vendas e o desempenho dos agricultores não possuem nenhuma forma de controle ou análise, e os objetivos da agroindústria não são definidos e conhecidos pelos colaboradores da associação

.Em contato com os agricultores da Comunidade Furnas do Dioniso, pudemos constatar baixo poder de articulação, pouco acesso a informações e conhecimentos bem como carência de orientação, o que implica em certos obstáculos, pois a capacidade e aptidão de um empreendedor decorrem de sua relação direta com seus conhecimentos, sua prática, estratégias a fim de conseguir responder as demandas de seus produtos.

Para Pires (2011) mesmo na presença de condições adversas, como a falta de

recursos, distância física dos centros consumidores e custos elevados, produtores familiares, utiliza como exemplo produtores rurais do sul da França que alcançaram êxito em seus empreendimentos por conseguirem reunir em alto grau de entendimento dos princípios de cooperativismo e administração nos associados.

Autores como Zampier e Takahashi (2011) sustentam que práticas empreendedoras, como a criação de empresas e administração de negócios, estimula e fortalece o processo de aquisição de competências empreendedoras.

De modo geral o produtor rural é caracterizado como sujeito de pouco ou nenhum conhecimento científico e técnico, mas de grande capacidade criativa relacionada às atividades que desempenha, seja pela sabedoria passada pelos membros mais velhos da comunidade ou por vezes por habilidade no exercício da atividade rural.

Souza *et. all* (2013) por meio de estudos afirma que parte dos empreendimentos rurais decorre da necessidade real de empreender, mas o frequente insucesso dos empreendimentos rurais está relacionado à falta de conhecimento e capacidade empreendedora, bem como de gestão de negócios seja por ausência de assistência ou de iniciativas (BRACHT; WERLANG, 2015; CHAVES et al., 2009).

Na verdade, o que surge com clareza quando se analisa a história da agricultura capitalista é a constante oposição e coexistência entre as formas “familiar” e “patronal” de produção, sendo a primeira a que acabou predominando em todos os países capitalistas desenvolvidos neste século. (Veiga, 1991a). Todos os países do Primeiro Mundo acabaram por apostar nas virtudes da agricultura familiar e, por diversos caminhos, seguiram a tal “via democrática” de modernização da agricultura. Não há sequer um exemplo em que a dita “via prussiana” tenha permitido o pleno desenvolvimento de uma nação. Isto é um fato com o qual não se pode brigar. É o que se extrai da experiência histórica. Já explicar os porquês, são outros quinhentos. Passa-se para o nível das interpretações, sempre discutíveis. Uma delas, a que procura ressaltar a adaptabilidade da agricultura familiar às exigências do desenvolvimento capitalista, tem sido reafirmado em trabalhos recentes (Abramovay, 1990, 1992; Romeiro, 1990; Veiga, 1990, 1991, 1992).

A partir dos dados descritos acima, observa-se que o estabelecimento do modelo de agricultura familiar de forma concreta, duradoura e lucrativa em países com a economia mais desenvolvida, sofrem processos que passam por vários estágios de adaptação e estudos. Já no Brasil como observa-se, no caso de Furnas do Dionísio, modelos como estes não foram devidamente planejados, pois as políticas públicas voltadas para a implantação de um olhar e uma educação empreendedora dentro de comunidades que sobrevivem da agricultura familiar não ocorre de forma simples e direta.

No dito “homem do campo” a vontade de profissionalização está diretamente relacionada ao seu sucesso no mundo dos negócios, assim a partir desse ponto de vista instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresas (SEBRAE) poderiam

atuar de forma conjunta com as comunidades e associações, além da ajuda governamental que pode chamar a atenção, ação e participação da sociedade sobre o empreendedorismo rural.

Ainda nesse sentido a partir da década de 90, houve um estado de muita animação que envolveu a organização de eventos que geraram impactos relevantes no meio rural e que apoiaram e fundamentaram movimentos sociais rurais, dando início ao reconhecimento da noção de agricultura familiar, introduzindo e reconhecendo uma nova identidade às categorias sociais da zona rural surgindo certo engajamento a causa da agricultura familiar e a busca por seu reconhecimento e validação frente ao Estado proporcionando a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como a reestruturação em âmbito acadêmico de debates e pesquisas sobre o ambiente rural (SCHNEIDER, 2003).

Estes atores têm todas as ferramentas necessárias para desenvolverem políticas públicas voltadas ao apoio de atividades empreendedoras, mas parecem fechar os olhos para a real importância do agronegócio, principalmente relacionada à pequena propriedade rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na transformação da comunidade de agricultura familiar para uma agroindústria com especificação orgânica, os agricultores necessitariam preestabelecer tarefas a fim de alcançar com mais facilidade o que foi planejado, pois quando os recursos não são bem determinados e direcionados, o comportamento, a gestão e a coordenação dos agricultores diminui o que resulta em baixo ou não retorno financeiro e assim ela não cobre os investimentos e, a capacidade de produção da comunidade não é desenvolvida, de forma que no presente caso a elaboração e o uso de um plano de negócios, agiria como uma ferramenta de indicadores de desempenho e o investimento em conhecimento tanto dos líderes como dos demais envolvidos na produção possibilitaria uma melhoria contínua na produtividade.

A insuficiência de apoio, recursos financeiros e ações por parte dos órgãos governamentais, para capacitar, informar e profissionalizar os agricultores familiares, pois elas não dão preparo técnico ao pessoal, não fornecem infraestrutura de apoio bem como não investem na aplicação de metodologias de implantação, projetos, planos de negócios, estudos, etc.

A elaboração dos projetos para implantação de agroindústrias com especificação orgânica em agriculturas com base familiares elaborados pelos órgãos de financiamento deveria ser mais rigorosa assim como em sua análise, pois a pressa para aprovação dos pleitos vem sobrepondo à qualidade, recaindo em resultados negativos e na morosidade por parte do poder público que por vezes pode desanimar os produtores.

Dessa forma, não existe solução, mas se pode sugerir parcerias com universidades e escolas técnicas a fim de auxiliar os produtores em algumas etapas do registro e fiscalização durante as fases de mudança do empreendimento, na parte do registro dos produtos e legalização das fábricas, na desburocratização do processo, na redução de tarifas e o respeito à cultura, ao desenvolvimento local que procura preservar às particularidades da comunidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e capitalismo no campo**. In: STÉDILE, J.P. A questão agrária hoje. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994: 94-104.
- AMORIM, C. R. (org.). **Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território**. São Paulo: ITESP, 1998.
- BRACHT, D. E.; WERLANG, N. B. **Competências empreendedoras: uma investigação com produtores rurais catarinenses**. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 4, n. 1, p. 101-124, 2015.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. F. G. **O novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais**, v. 5. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. 495 p.
- CELLA, D.; PERES, F. C. **Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso do empreendedor rural**. Revista de Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 49-57, 2002.
- CHAVES, R. Q., A. M. MAGALHÃES, O. I. S. BENEDETTI, A. L. F. BLOS, e T. N. SILVA. **Tomada de decisão e empreendedorismo rural: um caso da exploração comercial de ovinos de leite**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 2009: vol. 6, nº 3, p. 3-21.
- DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios**. Tradução de Carlos J. Malferrari. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 2005. 378 p.
- LONGENECKER, Justin G. et al. **Administração de Pequenas Empresas, 13ª Ed**. Tradução, Oxbridge Centro de Idiomas. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- LOPES, L. A. B.; NANTES, J. F. D. **Capacitação e Empreendedorismo no Setor Rural**. In: ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T. R. Agronegócio: gestão e inovação. 3. ed. São Paulo: Saraiva. p. 364-393, 2008.
- MAN, T. W. Y. **Developing a behaviour-centred model of entrepreneurial learning**. Journal of Small Business and Enterprise Development, v. 19, n. 3, p. 549-566, 2012.
- McCLELLAND, D. C. **Testing for competence rather than for intelligence**. American Psychologist, Washington, n. 28, p. 1-4, jan. 1973.
- PIRES, P. S. **Paisagem litorânea de santa Catarina como recurso turístico**. In: YAZIGI, E. CARLOS, A. F. A. e CRUZ, R. C. A. Turismo – espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ROMEIRO, Ademar R. **Reforma agrária e distribuição de renda. Trabalho apresentado no XVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Florianópolis, SC, de 22 a 27 de julho de 1990. Publicado pelo boletim Quinzena, do Centro Pastoral Vergueiro, em 15 de janeiro de 1992, nº 130.
- SOUZA, P. A. R., F. A. V. ANDRADE, J. O. O. MAIA, e P. J. N. REIS. **A agricultura familiar e a**

geração de renda na Amazônia: uma abordagem empreendedora no município de Parintins AM.” *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 2013: vol. 7, nº 3, p. 01-17.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 1999. 470p. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFRGS, Porto Alegre, 1999.

SULZBACHER, A. W. **Agroindústria familiar rural: caminhos para estimar impactos sociais**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2009. p. 1-23.

VEIGA, José Eli da. **Fundamentos do agrorreformismo**. *Revista Lua Nova*, nº 23, março, p. 68-93, 1991b

ZARIFIAN, P. **Objetivo competência: por uma nova lógica**. Tradução de Maria Helena C. V. Trylinski. São Paulo: Atlas, 2001. 197 p.

SOBRE OS ORGANIZADORES

JÚLIO CÉSAR RIBEIRO - Engenheiro-Agrônomo formado pela Universidade de Taubaté-SP (UNITAU); Técnico Agrícola pela Fundação Roge-MG; Mestre em Tecnologia Ambiental pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Doutor em Agronomia - Ciência do Solo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atualmente é Pós-Doutorando no Laboratório de Estudos das Relações Solo-Planta no Departamento de Solos da UFRRJ. Possui experiência na área de Agronomia (Ciência do Solo), com ênfase em ciclagem de nutrientes, nutrição mineral de plantas, fertilidade, química e poluição do solo, manejo e conservação do solo, e tecnologia ambiental voltada para o aproveitamento de resíduos da indústria de energia na agricultura. E-mail para contato: jcragronomo@gmail.com

CARLOS ANTÔNIO DOS SANTOS - Engenheiro-Agrônomo formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica-RJ; Especialista em Educação Profissional e Tecnológica pela Faculdade de Educação São Luís, Jaboticabal-SP; Mestre em Fitotecnia pela UFRRJ. Atualmente é Doutorando em Fitotecnia na mesma instituição e desenvolve trabalhos com ênfase nos seguintes temas: Produção Vegetal, Horticultura, Manejo de Doenças de Hortaliças. E-mail para contato: carlosantoniokds@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura 40, 45, 124, 131, 134, 139, 143, 144, 145, 170, 212, 218

Agronomia 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 219

Alimentação 124, 149, 160, 170, 171

Alimentos 122, 124, 125, 126, 149, 157, 160, 161, 170, 179, 181, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 198

E

Empreendedorismo 134, 135, 144

Estatística 23, 70, 120, 218

Extensão Rural 39, 41, 122

I

Inseminação 53

M

Meio Ambiente 11, 17, 21, 22

Meio rural 123

P

Pecuária 170

Pesca 1, 11, 12, 13, 18, 19, 22, 23, 24, 25

Produção 41, 180, 186, 212, 219

S

Solos 218, 219

V

Veterinária 46, 53, 55, 58, 64, 65, 66, 67, 75, 76, 86, 100, 101, 102, 103, 122, 124, 125, 126

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-502-0

